

ANC 07

# Prioridades poderão acelerar as votações

5 OUT 1987

por Andrew Greenlees  
de Brasília

Num claro sinal de que cresce entre os constituintes a preocupação com a inviabilidade dos prazos para a conclusão dos trabalhos da Comissão de Sistematização, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) apresentou ontem sugestão para agilizar o processo de análise de seu projeto constitucional.

Pela proposta de Cabral, das 7.559 emendas que ainda aguardam apreciação os líderes partidários escolheriam 206 prioritárias para irem a voto. O critério seria o seguinte: os partidos com menos de cinquenta parlamentares teriam direito a requerer votação em separado de três emendas para cada membro da sigla da comissão de Comissão de Sistematização. Os partidos com mais de 50 constituintes (PMDB e PFL) poderiam solicitar dois destaques para cada representante na Comissão.

"Ampliar novamente os prazos poderia desmoralizar os trabalhos da Constituinte", alertou Bernardo Cabral, assinalando que a Sistematização já venceu 815 destaques em 110 horas de discussão, mas certamente não completará a votação até o próximo dia 28. Os líderes partidários reúnem-se hoje pela manhã para estudar a proposta. Ontem, todos preferiram a cautela ao comentá-la, esperando uma avaliação mais detalhada.

A Comissão de Sistematização continuou a votar ontem o capítulo dos direitos trabalhistas, que vem registrando seguidas vitórias dos grupos classificados de "progressitas" dentro da Constituinte. Por 51 votos a 27, os parlamentares aprovaram emenda do deputado Paulo Paim, do PT gaúcho, no sentido de que somente ocorrerá prescrição dos direitos trabalhistas após dois anos da cessação do contrato empregatício. Esta regra já vale atualmente para os trabalhadores rurais e, segundo seus defensores, permite que o empregado urbano recorra à Justiça para conseguir

benefícios que julgue cabíveis depois de deixar a empresa.

Outro deputado do PT, Plínio de Arruda Sampaio, conseguiu ver aprovada emenda que estabeleça pagamento de " piso salarial proporcional à extensão e complexidade do trabalho realizado".

Emenda do deputado Antônio Carlos Konder Reis, do PDS, fixa "igualdade de direitos entre trabalhador com vínculo empregatício permanente e trabalhador avulso". O autor explicou que o dispositivo atingirá especificamente trabalhadores avulsos organizados em sindicatos, como ocorre atualmente com os portuários.

O processo de votação não chegou ontem a um ponto polêmico central, especialmente para a esquerda: a estrutura sindical do País. A questão deverá ser votada entre hoje e amanhã.